

ESTUDO DE UM CASO: CONDIÇÕES SOCIAIS DO ADOLESCENTE EM PROCESSO DE DESLIGAMENTO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

Simone Benfica Fialho Queiroz¹
Emiliane Pinto de Souza Miranda¹
Fernanda Bicalho Pereira²
Cíntia Mendes de Assis³
fernandabicalhopereira@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Humanas

RESUMO: Este trabalho constitui-se em uma análise sobre o acolhimento acerca do processo de desligamento de adolescentes acolhidos, mostrando como é a preparação dos jovens e como se dá o desligamento em relação à instituição. A pesquisa de abordagem qualitativa foi realizada por meio de visitas à instituição de acolhimento de crianças e adolescentes. Trata-se de uma pesquisa documental em arquivos e documentos privados do Serviço de Acolhimento, com o objetivo de analisar o trabalho institucional, frente ao desligamento de um adolescente, verificando as estratégias institucionais utilizadas nesse processo e os desafios impostos no sentido de garantir os direitos e a expectativa do institucionalizado. Os achados da pesquisa sugerem que a aplicação da medida de proteção de Acolhimento Institucional é, por vezes, determinada a partir de conceitos falsos dos órgãos de justiça e proteção que interferem nas famílias que ao acolher estas crianças e adolescentes o Estado também não consegue garantir os direitos que julgou violado pela família. Quanto ao desligamento obrigatório, o adolescente não se sente preparado para deixar a instituição de acolhimento e encarar uma mudança. Esse momento, de acordo com os documentos analisados, é permeado por inseguranças, angústias e medo devido à falta de preparação gradativa para a saída. Além disso, há fatores externos à instituição que interferem no resultado e, assim, entendemos que a confiança dos Serviços de Acolhimento Institucional se constitui em uma das principais alternativas para fortalecer a autonomia, proporcionando condições de transformar a realidade desses sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Desligamento; Instituição De Acolhimento; Adolescente Institucionalizado.

1. INTRODUÇÃO

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Faculdade Univértix.

² Psicóloga. Mestre em Enfermagem. Professora do curso de Psicologia Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó.

³ Mestranda em Psicologia Clínica e da Saúde. Especializando em Terapia cognitiva Comportamental. Especialista em Perícia Examinadora de Trânsito. Pós-graduada em Docência do Ensino Superior e em Educação Especial, Graduada em Psicologia e Pedagogia. Professora do Curso de Psicologia Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó.



De acordo com o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) (BRASIL, 2008), o serviço de acolhimento consiste em oferecer um espaço de desenvolvimento e cuidado a adolescentes e crianças que vivenciam uma situação de abandono ou quando seus familiares ou responsáveis se encontram temporariamente impedidos de exercer sua função de proteção e cuidado. Assim, esses centros oferecem atendimento especial com exigências institucionais, seguindo critérios para acolher com dignidade, funcionando como moradia temporária, até que seja permitido o retorno ao seu meio familiar. No caso de incapacidade à expedição para a família sucessora, essas instituições de acolhimentos de crianças e adolescentes têm o objetivo de proteger e prevenir situações vivenciadas anteriormente por esses indivíduos, como abandono familiar, situação de rua, negligência, crueldade, maus tratos, abuso sexual ou opressão exploração, sob avaliação técnica do Conselho Tutelar, do Ministério Público do estado de Minas Gerais e do Juiz da Infância e da Juventude.

Segundo Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007), as sociedades, desde épocas diversificadas e em diferentes culturas, buscam melhores formas de cuidar das crianças e adolescentes cujos genitores, por diversas situações, foram impedidos de cumprir com seus deveres parentais, como a educação, sustento e criação dos filhos. Assim, a instituição ocupa esse lugar que oferece proteção e cuidado até que os familiares possam reassumir esse papel.

De acordo com Azevedo e Guerra (2000), nessas instituições de acolhimento, poderão ser encontrados perfis de adolescentes e crianças em que se incluem: as mal-amadas que vivenciam as várias formas de afetos abusivos; as mártires que são expostas a várias violências diferenciadas; as abandonadas, que foram vítimas de desamparo e negligência; as comercializadas que se tornaram uma espécie de mercadorias em redes de prostituições e uma organização de crime; as trabalhadoras que se tornou mantenedora de sua família biológica e as marginais que alcançaram no furto uma forma de sobrevivência.

Quando os vínculos comunitários e familiares se tornam fragilizados, as crianças e adolescentes deverão ser encaminhadas às instituições de acolhimento de seu município, na busca por um ambiente que lhes proporcione segurança. Todavia essa situação também representa uma ameaça por oferecer uma incerteza no futuro, pois, ao alcançar a maioridade, o acolhido deverá ser desinstitucionalizado (SILVA, 2010).

A instituição de acolhimento para crianças e adolescentes representa um ambiente onde se objetiva reproduzir vínculos familiares e cujos funcionários que ali trabalham diariamente são a referência de família para os acolhidos, seja por meio das orientações, seja por meio de apoio e afeto. Assim esses profissionais podem ser considerados como mediadores da cognição, atenção, emoção e linguagem da criança, pontos essenciais na ampliação psicossocial (CASSOL, DE ANTONI 2006).

Segundo Oliveira e Sapiro (2007), o momento do desligamento é muito preocupante, pois é chegada a hora de o acolhido deixar a instituição, quando alcança a maioridade. Esse indivíduo irá direcionar sua vaga a outra criança, quando, em muitos casos, ainda nem alcançou um nível escolar que possa lhe proporcionar adquirir um trabalho que o sustente. A instituição de acolhimento tem o dever de fazer o processo de desligamento para a manutenção do auxílio direcionado pelo estado, seguindo as previsões legais.

Assim sendo, o objetivo deste estudo é analisar o trabalho institucional, frente ao desligamento de um adolescente, levando em consideração diferentes formas de adesão ao processo exercido dentro da instituição de acolhimento a criança e adolescentes.

Ao longo do estudo realizado, durante as visitas e conversas com a coordenadora e assistente social da instituição de acolhimento para crianças e adolescentes, verificou-se que todo o acolhido transita por um mesmo processo de recuperação de estabilidade psicológica. Essas instituições buscam proporcionar ao acolhido um preparo adequado ao chegar o momento de seu desligamento, o que depende parcialmente da subjetividade de cada indivíduo, podendo ser positivo ou negativo em sua vida adulta.

Trabalhos como este são importantes para discutir as políticas públicas no sentido de auxiliar cada criança e adolescente a obter formas diversificadas individuais de aderir ao processo de acolhimento. As instituições têm o intuito de protegê-los e encaminhá-los a um caminho adequado oferecendo proteção integral até que seja possível uma reintegração familiar ou, no caso da sua total impossibilidade, seu encaminhamento para adoção.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo descritivo, a partir de um estudo de caso com a análise de prontuários e relatórios. A pesquisa foi realizada em um meio social e com o paradigma crítico tem a estrutura qualitativa (WITTKE, 2010).

De acordo com Wittke (2010), a pesquisa qualitativa visa a compreender, em um dado contexto, fenômenos sociais que aderem situações que estão em discussões em determinados momentos. Assim o estudo de caso se define por uma análise profunda em um foco, em que será permitido um conhecimento amplo e detalhado acerca do objetivo.

A realização da pesquisa refere-se a um adolescente que se encontrou institucionalizado por algumas vezes e, ao passar pelo processo de estruturação psicológica, conseguiu seguir sua vida com segurança, contando com o apoio de sua família substituta. Foram realizadas análise documental, desenvolvida por meio de verificação de relatórios da instituição local em que o adolescente residia, e avaliação de relatórios sociais, pedagógicos e psicológicos existentes na documentação da instituição de acolhimento de crianças e adolescentes. Foi possível a disponibilização desses documentos por meio de autorização da responsável legal pela instituição de acolhimento de crianças e adolescentes, sendo destacada por ela a extrema necessidade do sigilo profissional. Alguns funcionários que conviveram com o adolescente colaboraram no sentido de ajudar a entender um pouco sua história, por meio de conversas informais, possibilitando, assim, retratar seu comportamento enquanto institucionalizado.

A instituição de acolhimento de crianças e adolescentes onde foi realizado esse estudo se localiza no interior de Minas Gerais, na Zona da Mata. A instituição está instalada naquela cidade há sete anos, anteriormente, localizava-se em uma cidade vizinha com outro nome. Foi projetada para acolher vinte crianças/adolescentes na faixa etária de 0 a 18 anos. Durante certo período passou por superlotação com vinte e seis crianças acolhidas. Atualmente conta com um número de treze acolhidos. Essas instituições de acolhimento são descritas como um serviço de política pública.

O processo do trabalho desta pesquisa se desenvolveu em três passos. Na primeira etapa, aconteceu uma visita para apresentar a proposta do trabalho que se pretendia realizar e fazer a solicitação da autorização. No segundo momento, houve uma conversa com a assistente social e a coordenadora para selecionar o pretendido caso a ser estudado. Para este trabalho, foram apontados os seguintes direcionamentos:

- A) Contexto da vida do adolescente anterior à institucionalização.
- B) Objetivo da casa de acolhimento.
- C) Diferentes formas de adesão ao processo institucional.

Na terceira etapa, foi realizado um estudo de caso que propunha identificar um problema, analisar as evidências, desenvolver argumentos lógicos, avaliar o trabalho institucional frente ao desligamento do adolescente. Nesta etapa, foram eleitos alguns pontos principais como condicionamentos da pesquisa, os quais foram previamente organizados:

- a) motivo do acolhimento.
- b) relações sociais dentro da instituição.
- c) comportamentos do adolescente enquanto acolhido.
- d) mudanças em sua vida após adoção por parentes.

Para analisar os resultados, foi realizada análise do conteúdo a partir de busca de dados, sugerindo a seguinte ordem o: período anterior à institucionalização, período institucionalizado e o período atual do adolescente. Segundo Castro, Sarrieira (2011), a análise de conteúdo pode ser identificada como

uma série de mecanismo que visa a adquirir, por meios de métodos organizados, evidências qualitativas ou quantitativas, que possibilitem a indução de conhecimentos referentes à criação/acolhida de mensagens.

Vale destacar que avaliação do prontuário foi realizada com a autorização dos responsáveis legais da instituição e todos os nomes apresentados nesta pesquisa são fictícios com o objetivo de resguardar a identidade do adolescente e o sigilo profissional existente na instituição de acolhimento. O prontuário, além de ser uma ferramenta jurídica de registros pessoais, também tem a finalidade de ser um mediador de comunicação entre os profissionais e o usuário, permitindo a possibilidade de resgate de informações em seu histórico de vida institucionalizada (MESQUITA, DESLANDES, 2010).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O caso de Otávio

Otávio foi uma vítima de violência doméstica. Segundo relatos dos conselheiros, foi expulso de casa pela própria mãe e o padrasto no dia 29 de julho de 2013. A falta de uma estrutura familiar fez com que o adolescente tivesse uma vida sofrida sendo maltratado pelos responsáveis. Aos 10 anos de idade, chegava a ser pela terceira vez institucionalizado em uma instituição de acolhimento para menores. O motivo foram os maus tratos praticados pelo padrasto e pela genitora, o que o levava a dormir em uma escola abandonada.

De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA), em conciliação com as decisões, somente deve se recorrer ao encaminhamento da criança e do adolescente a serviços de acolhimento, quando esgotados todos os mecanismos para sua continuação na família de origem, extensa ou comunidade.

4.1 Histórico familiar

A genitora de Otávio foi abusada pelo padrasto por muito tempo e desses abusos nasceram cinco (5) filhos frutos dessa violência. Otávio era um deles, residindo em uma casa na zona rural com sua mãe, atual cônjuge e seus quatro (4)



irmãos. O ambiente familiar em que Otávio cresceu contribuiu muito para o seu mal-estar psicológico estabelecido na adolescência, pois sua mãe mantinha uma resistência afetiva em relação aos filhos, devido ao fato de eles serem frutos desses abusos sexuais sofridos desde sua infância.

Otávio tem quatro (4) irmãos, na primeira e na segunda institucionalização, (3) três de seus irmãos foram adotados e estão aparentemente bem em suas famílias substitutas. O último irmão a sair da instituição, Daniel, foi adotado pela mesma família que adotou Otávio. No entanto, não conseguiu uma boa adaptação à família adotiva no início do processo, mas, com a ajuda de Otávio, Daniel conseguiu adaptar-se ao meio familiar.

O pai das crianças, apesar de ser o abusador da mãe, sempre se mostrou presente na vida dos filhos que estavam institucionalizados. As visitas eram recorrentes, demonstrando às funcionárias uma enorme vontade de levá-los com ele. Todavia suas incapacidades físicas e mentais não permitiam que os filhos fossem reintegrados ao convívio com o próprio pai.

Segundo Lima (2018), a instituição apresenta um espaço que é ocupado pela criança e adolescente por um tempo provisório, tornando-se um cenário novo para os acolhidos em suas relações sociais. Nesse ambiente, cuidados e a educação passam por vários aspectos e exigências de um movimento reflexivo pelos diversos profissionais pertencentes ao quadro de funcionárias.

De acordo com Giacomello (2011), as instituições, por meio da fenomenologia, destacam que o ser humano não é um objeto que deva ser pesquisado, mas um ser que deve ter seu mundo trabalhado.

Trivellato, Carvalho, Vectore (2013) defendem a escuta afetiva como método de conhecimento do processo de acolhida vividas pelos adolescentes e crianças.

4.2 A vida na Instituição

As instituições de acolhimento são apresentadas pelo Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA) como uma medida de prevenção, de proteção aos adolescentes e crianças integralmente; oferecendo segurança e um ambiente de conforto àqueles

que estão passando por um contexto de vulnerabilidade social e risco (FONSECA 2017).

No ano de 2013, com 10 anos de idade, Otávio e seu irmão Daniel foram entregues à instituição de acolhimento pelo conselho tutelar. Ao chegarem, identificou-se que ele já havia sido abrigado pela mesma casa de acolhimento no ano de 2010, à época juntamente aos cinco irmãos, por um período curto. Em seguida, houve uma tentativa de reintegração familiar sem sucesso. Retornaram à instituição de acolhimento no ano de 2011, tendo em vista os maus tratos que vivenciaram. O entanto, duas dessas cinco crianças foram adotadas e a outra foi reintegrada à casa de um primo que está cuidando dela até o presente momento. Os dois irmãos (Otávio e Daniel) mais velhos foram reintegrados à família para mais uma tentativa de um vínculo familiar.

Apesar de haver esforços para preservação dos vínculos familiares, em muitos casos, a reintegração em famílias originais se apresenta impossibilidades e o acolhimento em instituições se torna uma opção, por um tempo provisório, para que possam ser preservados os direitos básicos de uma criança (LIMA 2018).

Mas uma vez institucionalizado no ano de 2013, Otávio foi encaminhado para algumas avaliações psicológicas e psiquiátricas e, segundo os registros psicológicos, Otávio foi diagnosticado por apresentar significativos sintomas de agressividade, em que se agredia alegando não sentir dor e tendo dificuldades para dormir. Em julho de 2013, foi prescrito o uso de vários medicamentos como: Clorpromazina 25 mg de manhã e 100 mg a noite, Risperidona 2 mg, Imipramina 25mg, Clonazepam 2 mg, Amplictil 100mg. Ele respondeu bem à medicação.

No final do mesmo ano de 2013 em que Otávio foi institucionalizado, os sintomas retornaram com uma intensidade considerável, principalmente a agressividade. Então, Otávio foi reencaminhado à psicoterapia individual em fevereiro do ano seguinte de 2014. Seu psicodiagnóstico e acompanhamento individual indicaram que o adolescente apresenta dificuldades de ordem social e afetiva sugerindo uma hipótese diagnóstica compatível com o CID-60.2 (DSM-V),

entretanto apresentava comportamento de assédio em direção aos outros menores acolhidos.

Segundo o relatório do ano 2015, o adolescente foi encaminhado para um tratamento psicológico em decorrência de sua dificuldade de adaptação às regras, desvios de comportamento sexual, atitudes impulsivas e um regular desenvolvimento social, intelectual e emocional, em outras palavras, um adolescente de extrema vulnerabilidade familiar. A avaliação de personalidade foi realizada pela observação e da aplicação de testes projetivos. Essa ferramenta trata-se de um questionário, muito utilizado nos processos de avaliação psicológica, em que se usam cartões com manchas de tinta para identificar traços da personalidade de uma pessoa, o paciente observa o material e responde a perguntas sobre o que vê. O teste fornece índices que permitem ao especialista verificar condições intelectuais, afetivas e emocionais, controle geral de processos racionais e afetivos, adaptação e ajustamento social e controle de impulsividade) e HTP. A partir dos testes aplicados, podem ser avaliados certos traços de personalidade, quais áreas internas estão em conflito, os sentimentos e a projeção sobre si mesmos. Este teste de personalidade pode parecer uma brincadeira de crianças, mas também ajuda os adultos (casa, árvore, pessoa). Após uma análise no psicodiagnóstico, foram verificados indícios de psicopatologias e déficit de atenção, além de dificuldades de ordem social e afetiva, fixação por projetos ou pessoas, obsessão, pensamento autodestrutivo e oscilação de humor. Embora ainda não tenha um diagnóstico fechado, preferiu-se trabalhar com a hipótese e déficit intelectual. Todavia, foi encaminhado para tratamento psicoterápico, psiquiátrico e psicopedagógico pedido de avaliação de dislexia.

Durante todo o período que o Otávio esteve acolhido, enfrentou muitos conflitos. Não se dava bem com seu irmão. Além disso, a vida dentro de uma instituição de acolhimento é muito difícil devido a um amontoado de regras e os acolhidos demonstram uma resistência muito grande de aceitação. Assim, existe uma revolta vinda dos adolescentes acolhidos que se sentem presos e tolhidos em viver a vida da forma que gostariam com mais liberdade.

De acordo com Siqueira e Dell'Aglio (2006), as modelos de proteção como o acolhimento são consideradas necessárias quando a família não desempenha o seu papel de proteção e apoio tornando-se um fator de risco tanto para o desenvolvimento quanto para bem-estar de suas crianças e adolescentes. No entanto, a institucionalização pode estabelecer, ao mesmo tempo, um fator de risco e de proteção, apontado que a solução dependerá dos modos a partir dos quais os processos de risco vão atuar sobre os abrigados seus efeitos negativos.

Otávio sempre demonstrou ter um laço afetivo com seu pai. Já em relação à mãe, não suportava nem ouvir falar sequer seu nome, seu humor se alterava ao falar da genitora era nítido o sentimento de raiva que ele demonstrava em relação a ela. Seu pai sempre o visitara na casa de acolhimento e, por ter uma deficiência visual e idade avançada, acabou sendo institucionalizado em um lar pra idosos. Otávio e seu irmão Daniel sempre o visitavam aos domingos enquanto permaneceram na instituição.

Segundo a assistente social da casa de acolhimento, a partir de relatos, todos os 5 filhos tinham uma grande afeição pelo pai, mas não era do conhecimento deles tudo que a mãe viveu, acredita-se que sua história de vida fosse um dos motivos que contribuíram para que ela agisse de tal forma em relação às crianças.

No ano de 2015, alguns meses anteriores ao seu desligamento, a coordenadora da instituição de acolhimento desenvolvendo um cuidado diferenciado. Conseguiu um trabalho de ajudante de marcenaria num período de dois meses para que Otávio fosse desenvolvendo sua autonomia e iniciasse sua vida em sociedade. Conseqüentemente seu comportamento mudou e ele passou a viver melhor com todos em especial com seu irmão dentro da instituição, lembrando que Otávio foi adotado em outubro daquele mesmo ano.

Segundo Abaid (2008, p. 68) os jovens que vivenciaram algumas situações de seu desenvolvimento, em período de institucionalização, conseqüentemente vão apresentar um desenvolvimento marcado por pontos positivos de superação de adversidades e preparação adequada para execução funcional em sua vida adulta. A superação dos jovens poderá ser entendida como demonstração de subjetividade



de seu bem-estar, revelada pela resiliência e sua personalidade. O bem-estar é tão importante quanto o bem-sair.

4.3 Desligamento

Os jovens institucionalizados fazem projetos para o futuro e visam a alcançar sua independência e autonomia. Verifica-se, no entanto, certa segurança em realizar seus sonhos, tendo em vista que já iniciaram sua caminhada alcançando seu valor dentro e fora dos ambientes institucionais. O adolescente deseja conquistar sua liberdade em seu espaço físico na instituição, como uma possível projeção de futuro, vislumbrando possibilidades e oportunidades.

A instituição de acolhimento encaminha um relatório à Justiça da Infância e da Juventude, no mínimo, a cada dois meses apresentando o desenvolvimento da criança e do adolescente preparando para seu desligamento quando chegar à maioridade, ou seja, aos 18 anos ou sua reintegração familiar ou mesmo adoção.

Em agosto de 2015 o conselho tutelar procurou a instituição de acolhimento alegando o interesse da guarda do adolescente Otávio que se encontrava acolhido na instituição. Um casal idôneo e com todas as condições de dar uma estrutura melhor de vida para o adolescente estaria interessado na guarda.

Após ser deferida a medida protetiva de colocação em família substituta, por meio de guarda provisória do adolescente Otávio, foram sugeridos estudos pela assistente social pelo ministério público. Expediu-se, assim, o termo de guarda provisória ao casal e a guia de desacolhimento em outubro de 2015.

Otávio permaneceu visitando seu irmão Daniel no abrigo, até que ele também fosse adotado pelo mesmo casal. Todavia, a adaptação de Daniel não foi bem-sucedida como de Otávio, levando o casal a pensar em devolvê-lo para a instituição. Por insistência de Otávio, o casal permaneceu com Daniel que até hoje demanda algum trabalho extras da normalidade.

Segundo as informações obtidas em conversas informais com a coordenadora da instituição de acolhimento, Otávio está vivendo com a família substituta, tirou carteira de habilitação, tem emprego fixo e está cursando um curso

superior. A instituição de acolhimento recebe frequentemente informações sobre as crianças e adolescentes que foram adotados e seu esse processo de adaptação. Além disso, os próprios adolescentes, após a saída da instituição e ao se depararem com alguns problemas em seu dia a dia, recorrem à instituição no intuito de adquirir ajuda financeira ou emocional.

Portanto, a instituição de acolhimento, por mais que seja um ambiente que ofereça muitas restrições, também tem muito pontos positivos. Trata-se de um ambiente de proteção, oferecendo um processo de reestruturação psicológica que permite aos acolhidos reescrever sua história, aproveitando a chance de se reestruturar e ter uma vida com mais dignidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou a analisar o trabalho institucional frente ao desligamento de um adolescente, levando-se em conta que o trabalho oferecido aos acolhidos visa a ter alternativas de boa conduta. Todavia as regras exigidas fazem com que muitos dos adolescentes tenham dificuldades de adesão a esse processo, sendo assim subjetivo o resultado de um período institucional.

Verificou-se que o processo conduzido pelo quadro de funcionários das instituições de abrigo visa a reestruturar e conduzir os adolescentes em uma vida social adequada. De acordo com Vygotsky (2003), um ser, em nenhuma hipótese, poderá ser avaliado em um contexto em que está inserido na sociedade. É necessário avaliar o seu ambiente social na totalidade, levando-se em consideração a cultura e a linguagem da sociedade em que vive. Portanto, uma avaliação mais profunda dos institucionalizados está relacionada a um entendimento específico da cultura, linguagem e valores de uma determinada instituição.

A história de vida do Otávio permite concluir que as instituições se apresentam para as crianças e adolescentes como pontos de apoio nos momentos em que necessitam de segurança, apoio, suprimindo também suas necessidades básicas, essenciais em suas reestruturações físicas e psicológicas. Verificou-se, ainda, que o ambiente e a vivência influenciam muito no comportamento dos

adolescentes por mais que o trabalho institucional tenha como objetivo prevenir e reestruturar. Todavia, muitas vezes, a rotina dentro da instituição gera muitas dificuldades no sentido de aderir ao processo.

Esta pesquisa reitera que as instituições de acolhimento têm perspectivas positivas em relação a todos os acolhidos. O alcance dos resultados esperados é uma das dificuldades que a maioria dos institucionalizados tem ao aderir ao processo institucional. Assim, é relevante propor uma discussão sobre o papel desses espaços de institucionalização que, infelizmente, crescem a cada dia. É importante q profissionais, principalmente, psicólogos tenham um olhar diferenciado a esses espaços e, principalmente, às pessoas institucionalizadas.

O caso de Otávio é um exemplo, apesar de todas as diversidades da vida, é um caso de sucesso que consolida o trabalho das instituições de acolhimento por mais difícil que seja. A pesquisa permitiu apontar as discussões necessárias sobre esse acolhimento e realçar seu papel na vida dos acolhidos. A convivência nesses locais dependente da subjetividade de cada indivíduo, sendo possível, portanto, consolidar resultados negativos ou positivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAID, J. L. W. **Vivências Adversas e Depressão: Um Estudo Sobre Crianças e Adolescentes Institucionalizados**. 2008. 89 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/2700-11361-1-PB.pdf. Acesso em 07 de fevereiro de 2021.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A (org.). **Crianças Vitimizadas**. São Paulo: Iglu, 2000.

BITTAR, D. B.; NAKANO A. M. S. **“Violência intrafamiliar: análise da história de vida de mães agressoras e toxicodependentes no contexto da família de origem”**, Artigo, Florianópolis, 2011 p.17-24. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072011000100002>. Acesso em 11 de outubro de 2020.

BRASIL (2008). **Orientações Técnicas para o Serviço de acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, DF: CONANDA/CNAS.

BRASIL (2006). **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente / Conselho Nacional de Assistência Social (CONANDA/CNAS)**. Plano nacional de promoção, proteção e defesa de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n3/v22n3a12.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2020.

BRASIL (2008). **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente / Conselho Nacional de Assistência Social (CONANDA/CNAS)**. Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n3/v22n3a12.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2020.

BRASIL (2009). **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Disponível em: https://www.caraguatatuba.sp.gov.br/pmc/uploads/services/conselhos_municipais/cmdcac/orientacoes_tecnicas_acolhimento_institucional.pdf. Acesso em 07 de fevereiro de 2021.

BOWLBY, J. (1990). **Apego e perda, Vol. 1**. Apego: a natureza do vínculo (2a ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1969). Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n1/a04v26n1>. Acesso em 12 de outubro de 2020.

CAVALCANTE, L. I. C.; MAGALHAES, C. M. C.; PONTES, F. A. R. Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. **Aletheia, Universidade Luterana do Brasil**, v.1, n. 25, 20-34 p, jun. 2007,

CASTRO, T. G.; SARRIERA, J. C. Análise de conteúdo em pesquisas de Psicologia. **Psicol. cienc. professor**, Brasília, v. 31, n.4, pág.814-825, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932011000400011&lng=en&nrm=iso. Acesso em 23 de setembro de 2020.

CASSOL, L.; DE ANTONI, C. **Família e abrigo como rede de apoio social e afetiva**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2006.

FIGUEIRÓ, M. E. S. S. Acolhimento Institucional: a maioria e o desligamento. Jundiaí: **Paco Editorial**, 2012. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2020/06>. Acesso em 11 de outubro de 2020.

FONSECA, P. N. O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. **Rev. Psicopedag**, São Paulo, v. 34, n. 105, p. 285-296, 2017. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000300006&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 16 fev. 2021.

GIACOMELLO, M. (2011). A criança em Instituições de Acolhimento: O que dizem as pesquisas científicas. **Estud. psicol.** (Natal), Natal, v. 23, n. 3, pág. 271-281, setembro de 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2018000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021. <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20180026>.

LEI Nº. 12.010, de 3 de agosto de 2009. (2009). **Dispõe sobre adoção e dá outras providências. Brasília, DF.** Recuperado em 10 de novembro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010. Acesso em 12 de outubro de 2020.

LIMA, M. P. A criança em Instituições de Acolhimento: O que dizem as pesquisas científicas. **Estud. psicol.** (Natal), Natal, v. 23, n. 3, pág. 271-281, setembro de 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2018000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021. <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20180026>.

MARZOL, R. M.; BONAFÉ, L.; YUNES, M. A. M. (2012). As perspectivas de crianças e adolescentes em situação de acolhimento sobre os cuidadores protetores. **Psicol.** v.3, n.43, 317-324. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S1413-03942015000200005&lng=pt&nrm=ISO>. Acesso em 11 de outubro de 2020.

MESQUITA, A. M. O.; DESLANDES, S. F. A construção dos prontuários como expressão da prática dos profissionais de saúde. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 664-673, Set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902010000300017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 de setembro de 2020.

OLIVEIRA, A. P. G.; SAPIRO, C. M. Políticas públicas para adolescente em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 4, p 624 – 631. Brasília, 2007.

PRADA, C. G.; WEBER, L. N. D. O abrigo: análise de relatos de crianças vítimas de violência doméstica que vivem em instituições. **Revista de Psicologia da UNESP**, v.1, n.5, p.01-12. 2006 Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S1413-03942015000200005&lng=pt&nrm=ISO>. Acessos em 11 de outubro de 2020.

RAMOS, P. A. Acolhimento institucional de crianças e suas consequências. In: PAULO, B. M. (Coord.) **Rev. Psicologia na Prática Jurídica: a criança em foco**. Rio de Janeiro: Impetus, 2009. p. 79-90. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5496>. Acesso em 12 de outubro de 2020.

POCKER, T. C. D. Políticas de identidade no sistema de acolhimento a crianças: a história de vida de uma pós-abrigada. **Psicologia & Sociedade**, v.1, n.29, p.1-9. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i171345>. Acesso em 12 de outubro de 2020.

ROSA, E. M. *et. al.* "Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças." *Estudos de Psicologia* 15.3 (2010): 233-241.e 2020. Disponível em:

file:///D:/ARTIGO%20PARA%20TCC/5fd0b37cd7dbbb00f97ba6ce92bf5add.pdf.
Acesso em 12 de outubro de 2020.

SIQUEIRA, A. C., DELL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão de literatura. **Psicologia & Sociedade**, v.1, n.18, p.71- 80. 2006. Disponível em: ARTIGO%20%20PARA%20TCC.pdf. Acesso em 21 de fevereiro de 2021.

SILVA, M. E. S. **Acolhimento institucional: a maioria e o desligamento**. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. 2010.

SERRANO, S. A. Quem são as crianças institucionalizadas e suas famílias? Refletindo sobre os indicadores de abrigamento. In: M. C. Rossetti-Ferreira; S. A. Serrano & I. G. Almeida (Org.). **O acolhimento institucional na perspectiva da criança**. São Paulo: Hucitec, 86-118 pp. 2011.

TRIVELLATO, A. J.; CARVALHO, C.; VECTORE, C. (2013). A criança em Instituições de Acolhimento: O que dizem as pesquisas científicas. **Estud. psicol.** (Natal), Natal, v. 23, n. 3, pág. 271-281, setembro de 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2018000300007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 15 de fevereiro de 2021. <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20180026>.

VYGOTSKI, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Disponível em: ARTIGO%20%20PARA%20TCC.pdf. Acesso em 21 de fevereiro de 2021.

WITTKÉ, C. I. O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa. **Rev. bras. linguista. apl.**, Belo Horizonte, v. 10, n. 3, pág. 807-814, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198463982010000300016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 de setembro de 2020.